



INCLUSÃO NA PRÁTICA: QUAIS SEUS DESAFIOS?

Gilvania da Silva Sousa ¹
André Luiz Ramos Araujo de Lima ²
Manoel Pergentino ³
Giselle Nanes ⁴

INTRODUÇÃO

Toda criança tem direito a educação. Contudo, ainda existem milhões de crianças que não têm o acesso a educação ou não a recebem de forma adequada. A educação inclusiva anseia efetivar os direitos à educação, igualdade de oportunidades e participação das pessoas com deficiência (PcD). Porém ainda não há uma efetivação total desses direitos, mesmo sendo assegurados por diversas legislações internacionais e nacional. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) a cada 04 brasileiros 01 possui algum tipo de deficiência, pode-se dizer que mais ou menos 50 milhões de pessoas necessitam de atendimento especializado. No último Censo Demográfico (2010) 45,6 milhões de pessoas declararam ter pelo menos um tipo de deficiência, seja do tipo visual, auditiva, motora ou mental/intelectual. ⁵

No decorrer das décadas houve avanço em leis e políticas públicas, promovendo um maior acesso das pessoas com deficiência à educação. Apesar dos avanços ocorridos, a inclusão ainda ocorre de forma lenta. Professores ainda sentem receio ao receberem alunos com deficiência na sala de aula, sentem dificuldades em trabalhar com uma ampla diversidade de estudantes, e assim os atender de forma eficiente. Segundo Luckesi (2000) se antes de ouvirmos ou vermos alguma coisa já estamos julgando, positiva ou negativamente, com certeza, não somos capazes de acolher.

¹ Graduando do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia da Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE, gilvania.sousa.s@hotmail.com;

² Graduado pelo Curso de Licenciatura Plena em Letras/Inglês da Universidade Estácio de Sá, andreomad@hotmail.com;

³ Pedagogo. Mestre em Ciências da Educação. Professor colaborador do Curso de Licenciatura em Pedagogia (EADTec – UFRPE) Orientador, pergentinosantos@gmail.com;

⁴ Psicóloga, Doutora em Antropologia. Professora do Curso de Licenciatura em Pedagogia (EADTec – UFRPE) Coorientadora, gisellenanes@gmail.com;

⁵ <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/16794-pessoas-com-deficiencia-adaptando-espacos-e-atitudes>



O direito à educação não se restringe apenas a ter acesso a ela, mas em ter uma educação digna e de qualidade. Buscando refletir sobre os problemas de inclusão encontrados no contexto escolar, na tentativa de identificar métodos que possibilitem e facilitem a aprendizagem, com base em pesquisa bibliográfica, discute-se os desafios da inclusão encontrados pela comunidade escolar para efetivar na prática a inclusão. Para discutir os desafios da inclusão escolar, será realizada uma reflexão crítica acerca dos diferentes tipos de acessibilidade para uma educação inclusiva, possibilitando uma melhora na qualidade do ensino/aprendizagem

A partir dessa proposta, foram analisadas os principais processos históricos da educação inclusiva. Serão enfocadas também as dificuldades para o processo de inclusão, mencionadas pela comunidade escolar. É preciso superar os desafios e identificar estratégias que possibilitem de forma eficaz assegurar uma educação digna para as pessoas com deficiência.

METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)

Ao considerar que a inclusão está assegurada por várias legislações, internacionais e nacional, as escolas ainda encontram-se longe de ações que possibilitem a sua efetivação. Foram abordados os principais processos históricos da educação inclusiva; bem como as dificuldades para o processo de inclusão, mencionadas pela comunidade escolar. É preciso superar os desafios e identificar estratégias que possibilitem, de forma eficaz, assegurar uma educação digna para as pessoas com deficiências. A educação inclusiva exige uma forma diferente de fazer educação, na sala de aula regular. Exige que os docentes transformem seus conceitos sobre educação e incluam na prática todos os estudantes.

REFERENCIAL TEÓRICO

A inclusão de pessoas com deficiência, mesmo que com todos os avanços conquistados, ainda caminha lentamente. Historicamente, a escolarização pertencia apenas a um seleto grupo, composto por pessoas aceitas pela sociedade. Os demais que não se encaixavam eram excluídos dessa mesma sociedade. Com o processo de



democratização escolar, surge a contradição inclusão/exclusão. Dá-se início ao acesso de pessoas com deficiência à escola, mesmo que havendo apenas uma inserção escolar. Toda essa sequência, mesmo lenta, desencadeia importantes mudanças no futuro, na busca por uma educação inclusiva (BRASIL, 2007).

O sistema educacional necessita modificar-se, transformar-se em um ambiente inclusivo e isso deve acontecer em âmbito nacional. A educação inclusiva exige uma forma diferente de fazer a educação comum, exigindo assim que todos os docentes transformem seus conceitos sobre educação. Faz-se necessária adaptação de currículo, necessidade de que todos docentes tenham conhecimentos básicos e teórico-práticos à atenção a diversidade, as necessidades educacionais mais relevantes, associadas a diferentes tipos de deficiências.

A educação inclusiva é antes de tudo uma questão de direitos humanos, já que defende que não se pode segregar a nenhuma pessoa como consequência de sua deficiência, de sua dificuldade de aprendizagem, do seu gênero ou mesmo se esta pertence a uma minoria étnica (seria algo que iria contra os direitos humanos) (SANCHEZ, 2005, p.12).

A inclusão não deve ser sinônimo de especial, a forma como se trabalha, abrange a aprendizagem do todo e da particularidade de cada aluno. Entre as mudanças necessárias, o processo de avaliação, não precisa ser extinguido, mas que o docente possa identificar o tipo de ajuda e recursos que são necessários para facilitar o ensino/aprendizagem e o desenvolvimento pessoal de cada aluno, sem criar rótulos. Segundo Kátia Pereira (2017), desde o final do século XX, a educação inclusiva tem conhecido um período bastante profícuo no sentido da garantia do direito fundamental de acesso à educação das pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. Um dos marcos foi a Conferência Mundial sobre Educação para Todos das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) realizada na Tailândia, em 1990, onde deu-se origem à Declaração Mundial sobre Educação para Todos: Satisfação das Necessidades Básicas de aprendizagem. A mesma visava que toda pessoa, seja criança, jovem ou adulto, tem direito a educação de qualidade, de forma que os países devem tomar medidas para reduzir as desigualdades, ofertando oportunidades educativas que atendam as necessidades de todos. Na perspectiva da integração, os esforços para aproximar o



deficiente e a escola comum estiveram presente. No entanto, a integração do aluno por depender muito de si, da família, além da contribuição de instituições e comunidades interessadas na inserção social, teve como objetivo diminuir a diferença do indivíduo com deficiência em relação a população. Parte do pensamento de que as diferenças constituem em um obstáculo que se interpõe a aceitação social e seu mérito está no apelo contra a exclusão (SASSAKI, 2005). Na escola inclusiva, todas as pessoas com deficiência têm direito a escolarização que atenda suas deficiências e que de forma efetiva atinja o nível desejado. Não há um modelo fixo de ensino que atinja todos os educandos, é necessário sensibilidade por parte do professor, em perceber e adotar métodos que possibilitem a aprendizagem de forma que nenhum aluno seja excluído. A escola inclusiva possibilita tratar cada aluno como ele realmente é, único em sua maneira de ser, de agir, de aprender. Quando é dado ao aluno a possibilidade de aprender, conviver e respeitar suas limitações e as do próximo, lhes é ensinado respeito e cidadania, que fazem parte dos objetivos da educação prevista também na Constituição. O inciso III do artigo 208, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, estabelece como dever do Estado, a oferta de atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A educação na diversidade trás oportunidade de promover uma educação para todos, incentivando uma cultura de paz e um a sociedade mais justa e democrática. Desenvolvendo também princípios fundamentais como a compreensão mútua, o respeito e a tolerância, que são pontos importantes para a convivência e democracia. Para avançar para escolas inclusivas, Guijarro (2005) define três elementos essenciais: o das concepções de atividades, o das políticas e o das práticas.

- . Valorização da diversidade, onde a sociedade em geral, e em particular a comunidade educacional, tenham atitude de aceitação, respeito e valorização das diferenças. Mudanças no âmbito das políticas e dos sistemas educacionais:
- . Políticas educacionais que promovam a inclusão em todas as etapas educacionais.
- . Para que haja a educação inclusiva, necessita-se que a mudança seja feita como um todo, partindo de uma nova



concepção na educação, onde o Ministério da Educação deve ser o ponto inicial dessa transformação.

.Assegurar igualdade de oportunidades educacionais, desenvolver programas econômicos e sociais que possibilitem a abordagem as causas sociais.

. Expansão e melhoria da qualidade dos programas de educação.

. Proporcionar um currículo amplo e flexível, que se adapte às diversas.

. Transformação dos sistemas de evolução da educação, extinguindo a comparação da aprendizagem, que acaba por excluir os alunos que não alcançam o nível desejado pela escola.

. Disponibilidade de recursos de apoio à todos que o solicitem, ofertando a pais e professores orientações para que cada vez mais sejam capazes de atender ad necessidades das crianças.

. Formação docente que atenda a diversidade, a adaptação do currículo, evolução diferenciada e as necessidades educacionais relevantes, associadas a diferentes tipos de deficiência, situações culturais ou sociais.

. Aumento do financiamento educacional, garantindo a igualdade de oportunidades e as condições básicas que assegurem o funcionamento adequado de todas as escolas, em termos de recursos humanos, materiais ou didáticos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dentro das práticas inclusivas, buscamos compreender pontos essenciais que possibilitem de fato a inclusão em seu sentido mais amplo, tornando a sala de aula um ambiente de crescimento múltiplo, criando vínculos de fortalecimento das nossas crianças e adolescentes, preparando-os para um convívio saudável em sociedade, aprendendo a respeitar as diferenças de cada indivíduo, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida de todos. Ofertar uma educação digna, de qualidade e que atenda as necessidades de todos é essencial para essa melhoria de vida. O processo de inclusão deve envolver toda a comunidade escolar. É necessária a conscientização da

importância de evoluir, trazendo uma transformação coletiva na forma de fazer a educação.

Palavras-chave: Educação Inclusiva; Estudante com Deficiência; Prática Inclusiva.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília/DF, 1988.

SANCHEZ, Pilar Arnaiz. **A educação inclusiva: um meio de construir escolas para todos no século XXI.** BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria da Educação Especial. Inclusão: Revista da Educação Especial. Ano I. N°01. Outubro/2005. Brasília: MEC/SEESP.

SASSAKI, Romeu. **Inclusão o paradigma do século XXI.** Revista Inclusão, Brasília: MEC/SEESP, vol.I, no 1, 2005.

GUIJARRO, María Rosa Blanco. **Inclusão: um desafio para os sistemas educacionais.** In: Ensaios pedagógicos - construindo escolas inclusivas: 1. ed. Brasília: MEC, SEESP, 2005.